

TOLEDO, Victor M.; BARREIRA-BASSOLS, Narciso. *La memória biocultural: la importância ecológica de las sabidurias tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.]

Maristela Oliveira de Andrade
Profª. PRODEMA/PPGA – UFPB

Os autores deste livro, experientes pesquisadores do Centro de Investigaciones en Ecosistemas da Universidad Nacional Autónoma do México – UNAM, após três décadas de pesquisa construíram uma importante base conceitual e teórica relativa ao campo da etnoecologia, no tocante aos saberes locais e práticas agrícolas indígenas de várias partes do mundo e especialmente do México. Com ela, eles formularam algumas teses interessantes e provocadoras a respeito da relação entre biodiversidade e conhecimento tradicional.

No esforço de investigar e aglutinar um amplo repertório de saberes tradicionais de comunidades indígenas de várias partes do mundo, os autores elaboraram o conceito de memória biocultural, cuja formulação requer uma aproximação entre as ciências naturais e as ciências sociais. A adoção bem sucedida desta base conceitual interdisciplinar constitui a grande contribuição dos autores, que realizaram um diálogo profícuo com ambos os campos disciplinares.

Contudo, os autores desconsideraram as tensões habituais entre os teóricos desses campos muitas vezes antagônicos, bem como as críticas às sínteses redutoras da sociobiologia, em que a dimensão política envolvida nestas relações é ignorada.

A memória biocultural se fundamenta na noção de memória da espécie humana que supõe três dimensões: genética, linguística e cognitiva. Elas envolvem uma inter-relação entre a história da humanidade com a história da natureza, oferecendo através da terceira dimensão a possibilidade de compreender, avaliar e valorar a experiência histórica.

O livro está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro dedicado a uma discussão conceitual que procura estabelecer uma correlação entre a diversidade biológica, incluindo aquela produzida pelo homem através do processo de

domesticação de plantas e animais que resulta na produção de novas paisagens. O segundo procura mapear a memória biocultural, através da identificação dos lugares de concentração de diversidade biológica, os lugares de concentração de diversidade linguística e os lugares de origem de plantas e animais domesticados, representados através de mapas e diagramas.

O uso desta ferramenta permitiu revelar uma coincidência entre esses lugares, de modo que gerou a tese central deste livro, segundo a qual a biodiversidade cresce nas áreas de maior diversidade linguística, que por sua vez estão associadas aos territórios indígenas. Por outro lado, a tese se desdobra ao tentar demonstrar que a ameaça de perda da biodiversidade é ampliada sob o efeito do desaparecimento progressivo das línguas, especialmente aquelas de grupos indígenas.

Com base em estudos da Conservation International que vem ampliando o conhecimento sobre a biodiversidade, foram identificados os países mais representativos em relação a este indicador, em que o Brasil aparece em posição de destaque como país megadiverso, ao lado de outros países da América do Sul que compartilham a floresta amazônica, bem como países do sudeste asiático como Indonésia e Filipinas entre outros como Austrália e Madagascar. Juntos os 17 países megadiversos mais representativos possuem entre 60 e 70% da biodiversidade do planeta.

O papel da linguagem no processo da conservação biológica é destacado porque “representa um modo único de compreender a experiência humana, o universo natural e o mundo inteiro. (p.31)” Entre os países megadiversos quanto à diversidade linguística encontram-se a Indonésia e Papua Nova Guiné, em que juntos possuem 1550 línguas, que representam 23% das línguas do mundo. Os países megadiversos linguisticamente estão sobretudo na zona intertropical e se situam nas três zonas agroecológicas mais vulneráveis à degradação ambiental (p.35) Os processos de dominação linguística, como o que ocorreu com a conquista ibérica no século XVI provocou a perda progressiva até o século atual de 90% dos idiomas da região. Contudo, os autores são tímidos quanto a uma análise dos efeitos devastadores de empreendimentos capitalistas contemporâneos sobre esses territórios, provocando a expansão deste processo e a eliminação das línguas que ainda restam.

Por outro lado, ao ressaltarem as pesquisas sobre biodiversidade deixam de mencionar as polêmicas em torno da biopirataria e da propriedade intelectual deste conhecimento, como destacam os estudos de Shiva (2003) e Schuler (2004)¹, em que a apropriação desses saberes

¹ Vandana Shiva. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003; Philip Schuler. *Biopiracy and commercialization of ethnobotanical knowledge*. In J.M. Finger; P.Schuler (ed.) *Poor people's knowledge*. Washington: World Bank. 2004.

tem gerado produtos para o mercado, que agravam a condição de exclusão das populações tradicionais.

O terceiro capítulo enfoca a memória dos conhecimentos de populações tradicionais destacando estudos que identificaram conjuntos de conhecimentos etnoedafológicos como essenciais para o desenvolvimento da agroecologia, agregando um levantamento de literatura derivada de pesquisas com populações tradicionais ou indígenas relativas a etnotaxonomias. Estes estudos revelam a relação estreita entre crenças e práticas tradicionais para uma melhor compreensão da relação entre os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade.

O quarto capítulo aprofunda esta análise inserindo-a no campo da etnoecologia, considerada um novo campo de saber que se ocupa do “estudo da representação, interpretação e manejo da natureza (p.109)”. Partindo de uma concepção de circularidade do tempo que se expressa no ciclo anual e no ciclo geracional, os estudos etnoecológicos percebem uma articulação entre o calendário ritual e o calendário cognitivo, que pressupõe um conhecimento sobre os períodos de floração, os ciclos de vida das plantas e dos animais, os movimentos dos astros e o calendário agrícola ou pesqueiro. Desta forma, os autores defendem a idéia da etnoecologia como conhecimento holístico, em função da inter-relação entre Kosmos, Corpus e Praxis.

Os dois últimos capítulos foram dedicados às análises no campo da agroecologia produzida pela literatura sobre as experiências de populações tradicionais e indígenas ao redor do mundo, de modo a demonstrar as diferentes formas de manejo e conservação da diversidade agrícola por diferentes comunidades inseridas em diferentes ecossistemas em todo o planeta, seja na América, África, Ásia, seja na Austrália e Europa (comunidades rurais suíças). São analisadas formas de manejo de solo e de recursos hídricos destas populações fornecendo uma

visão panorâmica dessa diversidade de saberes tradicionais.

Considerando a ênfase no papel das práticas agroecológicas em favor da diversidade agrícola, os autores argumentam contra o tratamento biológico adotado pelas principais instituições internacionais de conservação (*Conservation International, World Wild Life e The Nature Conservancy*) que fundamentam sua política através da criação de unidades de conservação livres da presença humana. E afirmam que: “no mundo globalizado, a conservação da biodiversidade é impossível sem levar em conta o conjunto de fatores sociais que a condicionam. (p.199)”.

Quanto à criação de bancos genéticos de sementes de espécies silvestres para conservação da diversidade agrícola para formar uma rede mundial, os autores distinguem o formato de banco *in situ* do *ex situ*, defendendo os bancos do primeiro tipo. A conservação *ex situ* favorece a agricultura de alta tecnologia de produção de modificações genéticas conhecida

como Revolução Verde. Contudo, a conservação *in situ* em laboratórios de campo representa uma estratégia para manutenção de processos evolutivos que “geram novo germoplasma sob as condições da seleção natural (p.201)”

Neste sentido, os humanos são vistos como coparticipantes do processo de conservação e criação da biodiversidade através não só da guarda de sementes de espécies silvestres como aquelas de experiências genéticas. No entanto, os autores são omissos quanto à necessidade de formas de controle das pesquisas de bioprospecção em torno das sementes silvestres e híbridas produzidas por populações tradicionais, que ao caírem no sistema de mercado, geram exclusão das populações detentoras destas espécies, ao mesmo tempo em que fomentam a perda da agrobiodiversidade em favor da seleção de espécies mais competitivas para o mercado.

Como conclusão, os autores defendem que a conservação do patrimônio biocultural depende da conservação dos sistemas agrícolas tradicionais como forma de manter a diversidade genética e cultural. Para tanto, é essencial e inadiável se tomar iniciativas para deter o processo de amnésia em curso na espécie humana a partir do reconhecimento da necessidade de recuperar sua memória biocultural.